



A professora Eurides Brito anunciou a integração, pela primeira vez, da educação com a cultura

SEC explica metas para 80

Novo plano quadrienal integra, pela primeira vez, a educação e a cultura

"O sistema de ensino do Distrito Federal, inicia o ano de 1980 sob a égide do novo plano quadrienal que, pela primeira vez, integra as duas funções da Secretaria - a Educação e a Cultura". Assim iniciou ontem sua palestra a Secretária de Educação, Eurides Brito, durante o Seminário "Brasília Anos 80", promovido pelo Governo do DF, Universidade de Brasília, Correio Braziliense e TV Brasília.

Seu pronunciamento foi ouvido por uma platéia composta de professores, em sua maioria, que lotaram as dependências daquela casa, com muitos sendo obrigados a se acomodarem no chão. Eurides Brito traçou um quadro sobre o que será o plano quadrienal para o ensino básico de Brasília, garantindo que a rede oficial de educação se compromete, prioritariamente, com a obrigatoriedade e gratuitade do ensino de 1º grau, para a população entre sete e 14 anos.

IGUALDADE

Sob o título "A igualdade de oportunidades educacionais significa condições iguais", a Secretaria afirmou que isso pressupõe correção às desvantagens iniciais que, as crianças provindas de lares carentes apresentam nas suas condições de aprender. Os mecanismos que podem ser ativados neste sentido foram enumerados por Eurides Brito, a saber: "programas de educação compensatória, antecipação da escolaridade obrigatória, expansão de jardins de infância e de classes pré-escolares, recuperação de estudos, enriquecimento curricular, a assistência ao educando, promoção educativa do menor marginalizado, envolvimento da família no processo educativo, programas integrados de desenvolvimento comunitário e educação de pais".

Apregoando que a escola deve alargar suas fronteiras e diversificar seus procedimentos, Eurides prevê que, dentro desta filosofia, inserida no plano quadrienal, a escola perde a tradicional postura de mundo à

parte para tornar-se parte do mundo real, "de onde vêm e para onde voltam os alunos".

O Plano reconhece a urgência de empenhar-se pela melhoria da qualidade de vida das comunidades com carência física, psíquica, social e econômica, onde vivem milhares de seus alunos. Volta-se também para programas educacionais e culturais, para toda a comunidade, buscando a participação e o envolvimento de todos os cidadãos, "usando a comunidade como uma sala de aula, encorajando a cooperação entre órgãos, agências, instituições, grupos e pessoas para aumentar a eficiência e reduzir a duplicação de serviços e a pulverização de recursos financeiros".

CULTURA

A política de cultura proposta no plano caracteriza-se por flexibilidade nas ações, teor humanístico e respeito à espontaneidade da manifestação cultural, disse Eurides, para quem, "constituem preocupação básica dos órgãos culturais tanto as atividades do Teatro Nacional, como as do espaço cultural mais distante da área do DF, tanto o trabalho do artesão, do cantador de viola, do pintor ingênuo, como o balé mais sofisticado ou a atividade do escritor mais consagrado".

Além da proteção do patrimônio artístico, paisagístico e ecológico do DF, da preservação do patrimônio histórico da cidade desde suas origens, o Plano pretende um incentivo às artes visuais e cênicas, à música e à atividade literária. Haverá um reforço no preparo do professor no que tange aos aspectos relacionados com a ação cultural desenvolvidos no âmbito da escola, e maior intercâmbio cultural com entidades e especialistas dedicados à cultura, do país e do exterior.

Com relação à manutenção e expansão da rede física, a Secretaria de Educação se propõe a "manter e expandir a rede de prédios esco-

lares, bem como suas instalações e equipamentos, de modo a assegurar a oferta de oportunidades educacionais em nível adequado, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Ampliar a rede de unidades físicas do ensino oficial, para atender convenientemente à expansão da demanda nos vários níveis e modalidades de ensino, também é meta da Secretaria.

ASSISTÊNCIA

Para os próximos quatro anos, o Plano da Secretaria está se propondo a oferecer uma maior assistência ao educando, proporcionando-lhe serviços assistenciais que contribuam para seu desenvolvimento biopsicológico, seu estado de higiene e ajustamento ao meio ambiente. Espera-se poder assegurar ao aluno suplementação alimentar na escola, ao mesmo tempo que lhe ensinam noções básicas de educação alimentar. Serão desenvolvidas junto aos alunos de primeiro e segundo graus atividades educativas visando à prevenção de enfermidades, bem como prestar-lhes assistência médica - odontológica.

Haverá fornecimento de material escolar e livros didáticos à população escolar, dando prioridade aos alunos carentes do ensino de primeiro grau. Dentro desta perspectiva, serão ativados os projetos de Alimentação Escolar, Programa Integrado de Saúde Escolar, Apoio Material ao Escolar e Promoção Educativa do Menor. Dentre os objetivos desta ação, destacou a Secretaria "a estruturação, a organização e a manutenção em funcionamento de um tipo específico de primeiro grau capaz de atrair e fixar na escola os menores que trabalham e os carentes culturais".

DOCENTES

Dentro do item Recursos Humanos, o Plano pretende proporcionar aos quadros docente, técnico e administrativo do complexo SEC,

FEDF e FCDF, "oportunidades formais e não formais de elevação do seu nível profissional". Deverão ser oferecidos aos professores, especialistas e demais servidores da rede de ensino oficial, cursos de habilitação, capacitação, aperfeiçoamento e atualização, além de se permitir sua participação em iniciativas que promovam a reciclagem de conhecimentos, tais como seminários, simpósios, jornadas pedagógicas e outras atividades afins.

Ainda em seu pronunciamento, Eurides Brito acentuou que problemas de crescimento impuseram modificações no modelo organizacional de 1960. O crescimento demográfico nas cidades-satélites e o aparecimento de assentamentos populacionais, como a Ceilândia, determinaram o deslocamento de prioridades para aquelas áreas, "para que se exercesse o direito de todos à educação - geratriz do princípio constitucional da obrigatoriedade escolar", afirmou ela.

Observou que alterações na legislação de ensino, especialmente as determinadas pela Lei número 5.692/71, aproximaram, em termos curriculares, o modelo atual do precursor, generalizando o conceito de educação voltada para o mundo do trabalho, ativa e criativa, tornando norma, para todas as escolas de primeiro grau, as atividades práticas que as Escolas-Parque oferecem, e introduzindo, no ensino médio, a coexistência, sob um mesmo teto, de vários cursos profissionalizantes.

"A expansão da rede oficial para as periferias urbanas de população carente e o crescimento da rede particular em Brasília, Sul e Norte, parecem um natural e sadio mecanismo de justiça distributiva. O atendimento, pela escola particular, à população de renda mais alta libera o Poder Público para enfatizar sua atuação onde ela se faz mais necessária, num meio que não pode fazer opção pela escola particular", concluiu a Secretaria de Educação.